



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em  
Saúde Coletiva  
Brasil

Martins Senhoras, Eloi

Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, Mitton L, editors. Social Policy. 4th ed. Oxford: Oxford University Press; 2011.

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 19, núm. 11, novembro-, 2014, pp. 4605-4606

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63032416032>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



**Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, Mitton L, editors. *Social Policy*. 4<sup>th</sup> ed. Oxford: Oxford University Press; 2011.**

Eloi Martins Senhoras <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Roraima.

A saúde coletiva é uma área integrada, seja no setor público ou privado, cujo objeto de intervenção tem historicamente sido a questão social em seus aspectos multifacetados, motivo pelo qual tem ampla repercussão nas políticas públicas, haja vista a atuação e contribuição contemporânea como instrumental científico multidisciplinar que se manifesta crescentemente nas políticas sociais, com destaque ao locus institucional da política de saúde.

Frente às amplas influências multidisciplinares para trabalhar a questão social e a sua contextualização histórica que fora acentuada pelas transformações sociais desde o século XIX, a área de saúde coletiva merece uma constante releitura sobre o seu papel na agenda sistêmica de formulação, execução e avaliação das políticas públicas que fomenta abrir o campo frente aos desafios para a construção das políticas sociais no século XXI.

Diante das atuais necessidades que a saúde coletiva tem para continuar a se desenvolver como campo frutífero para o desenvolvimento da *res publica*, o livro *Social Policy* é uma obra de referência internacional para se compreender de maneira ampliada a um complexo variado de *welfare states* que é composto por políticas desenhadas com especificidades para diretamente trabalharem a favor da questão social em cada realidade nacional.

Os marcos teóricos e as estruturas de *policymaking* são amplamente discutidos neste livro clássico para o pensamento social multidisciplinar, por meio de uma compreensiva e integrada coletânea de capítulos que ilustram de maneira sistemática as *políticas sociais*, enquanto um conjunto amplo de políticas públicas de natureza social, cuja origem é concentradamente estatal, embora, crescentemente aberta à participação de políticas privadas em que existe interesse público.

Fruto de uma audaciosa edição inaugural no ano de 1999 que obteve rápido sucesso internacional pela profundidade analítica das 594 páginas e 21 capítulos estruturados em cinco partes, o livro *Social Policy* é um referencial clássico que passou por recorrentes atualizações até chegar à quarta edição no ano de 2011, quando passou a contar com 20 capítulos que discutem mais adequadamente as políticas sociais para o século XXI.

Por um lado, nas três primeiras edições, respectivamente, nos anos de 1999<sup>1</sup>, 2003<sup>2</sup> e 2007<sup>3</sup>, as discussões incrementais sobre marcos teóricos e analíticos surgiram para aprofundar a compreensão das políticas sociais no século XX, tomando como referência a estrutura sistêmica das políticas sociais, com destaque exemplificativo e comparativo ao caso inglês.

Por outro lado, na 4ª edição, no ano de 2011<sup>4</sup>, a sistemática revisão da obra não trouxe discontinuidades de conteúdo em relação às edições anteriores, embora tenha procurado torná-la mais compreensível por meio do fortalecimento de discussões teóricas e históricas adaptadas internacionalmente à realidade das políticas sociais no século XXI.

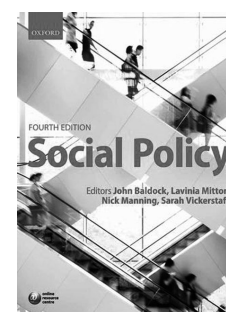
A nova edição do livro tem um marco teórico mais robustecido e adaptado às transformações da política social para o século XXI, motivo pelo qual os 18 autores de diferentes universidades inglesas diminuíram o tamanho da obra, a fim de contribuir para um público maior no mundo, por meio da retirada de capítulos focados em especificidades empíricas quanto à política social inglesa em contraposição à inclusão de temas de amplo interesse internacional.

A envolvente análise desenvolvida na edição revisada de 2011 abre a caixa preta das políticas públicas relacionadas diretamente com as questões sociais tendo em conta o papel do Estado e as suas limitações e possibilidades de ação em detrimento das demandas sociais emergentes de um amplo número de *stakeholders*, cujos interesses específicos nem sempre são convergentes.

Organizada em cinco partes que totalizam vinte capítulos, esta edição, revisada e atualizada, caracteriza-se como um relevante manual que impulsiona as fronteiras do estado da arte sobre as políticas sociais, uma vez que traz à luz um debate central sobre as variáveis *estruturais* e *conjunturais* que influenciam na definição de determinados padrões de bem estar social, os quais são variáveis conforme as formações socio-históricas de cada país.

Em um primeiro momento, *questões estruturais* são abordadas nos três capítulos, pertencentes à *Parte 1*, “Origens, características e políticas dos modernos sistemas de bem estar social”, por meio, tanto da identificação dos principais marcos conceituais sobre as políticas sociais quanto de subsídios históricos das forças de longa duração, que acabam por cristalizar influências positivas ou negativas na construção e desenvolvimento dos sistemas de bem estar social no mundo.

As discussões desta seção estão centralizadas na comparação conceitual das *políticas sociais*, como instrumentos conjunturais de interação dos





governos em relação a uma série de *stakeholders* a fim de se atingir determinados objetivos sociais, *vis-à-vis*, aos sistemas de *welfare state*, que têm uma amplitude maior de escala, por representarem as estruturas de bem estar social institucionalizadas no Estado pela cristalização de políticas sociais ao longo do tempo.

Em um segundo momento, *questões conjunturais* são trazidas como foco das discussões dos seis capítulos, pertencentes às *Partes 2 e 3*, justamente por discutirem de maneira articulada como os contextos de curta duração acabam por frear ou catalisar a promoção das políticas sociais em função da determinação de múltiplas variáveis cíclicas que estão presentes no modo de produção capitalista.

Os contextos de formação das políticas sociais são explorados no curto prazo como suscetíveis de influenciar ciclicamente na postura da atuação dos governos em função dos impactos originados, principalmente, por quatro variáveis, respectivamente, de natureza social-familiar, econômico-laboral-tecnológica, financeiro-orçamentário, ou, ainda, de organização e mobilização social, pois acabam por repercutir funcionalmente transbordamentos positivos ou negativos no dia-a-dia dos indivíduos, das famílias, instituições e governos.

Em um terceiro momento, mesmo não tendo sido claramente explicitado ou linearmente aplicado, o arcabouço de *análise das políticas públicas* é trazido nas *Partes 4 e 5* da obra, pois há uma visão cíclica de melhorias contínuas dos processos de planejamento, formulação, implementação e avaliação que é apresentada por meio do estudo setorializado das políticas sociais, a fim de mostrar os marcos gerais comungados entre elas, mesmo quando envolvidas em uma complexidade com nuances temáticas e atores específicos.

A magnitude dos desafios para os sistemas de bem estar social são evidenciados nesta seção, por meio da identificação de políticas sociais setorializadas com base na análise combinada, tanto de clássicos assuntos sociais da modernidade, como educação, saúde, segurança, moradia, assistência e proteção social, quanto dos novos focos sociais das agendas governamentais, com temas de natureza pós-moderna, como igualdade, gênero, etnicidade, migração e sustentabilidade.

Todos os capítulos, deste influente livro, fornecem, em conjunto, subsídios históricos, teóricos e de *policymaking* para o pensamento social sobre o vasto campo cognitivo e material do ramo epistemológico das políticas sociais, demonstrando a sua relevância multidisciplinar para a atualização de profissionais e a formação de estudantes de graduação e pós-graduação em saúde coletiva.

Conclui-se que o livro *Social Policy* traz uma valiosa abordagem multidisciplinar para apreender a abstração e empiria das políticas que são estrategicamente desenhadas para solucionar problemas sociais, motivo pelo qual tem sido amplamente utilizado, internacionalmente, por estudiosos, pesquisadores e formuladores de política, como um manual ou *reader*, embora, crescentemente, seja interpretado como uma obra clássica, que é recomendada como leitura indispensável.

## Referências

1. Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, editors. *Social Policy*. 1<sup>st</sup> ed. Oxford: Oxford University Press; 1999.
2. Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, editors. *Social Policy*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press; 2003.
3. Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, editors. *Social Policy*. 3<sup>rd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press; 2007.
4. Baldock J, Manning N, Vickerstaff S, Mitton L, editors. *Social Policy*. 4<sup>th</sup> ed. Oxford: Oxford University Press; 2011.